

A OUTRA VOZ

Ponto de partida

O nascimento de um filho é um momento marcante na vida de qualquer ser humano. A partir daí tudo muda, passando as prioridades a serem outras: a alimentação do recém nascido, a higiene, o teste do pezinho, as primeiras vacinas, o choro, as fraldas, a correria ao pediatra, etc, ... , são preocupações que vão ocupar as 24 horas do dia de qualquer casal.

A Outra Voz acaba de nascer, exigindo especial cuidado, quer dos responsáveis do projeto, quer de quem nos lê, para que este seja duradouro e útil para a sociedade.

Tal como numa cesariana, escolhemos a madrugada do dia em que se comemoram os 40 anos da revolução dos cravos, para nos dar a conhecer a mundo. Foi a forma que encontramos de homenagear os capitães de abril.

Padre Fontes, em entrevista ao nosso jornal:

“Identifico-me mais com o Congresso de Medicina Popular do que com a sexta-feira 13”

Congratulando-se com a data escolhida para o nascimento deste projecto, o Padre fontes acrescentou: **“sempre dei voz a outras vozes, mesmo as ditas do além.** Sejam bem-vindos e que tenham muito sucesso”.

Figura mediática do panorama nacional, o Padre Fontes é a personalidade de Barroso mais marcante e prestigiada, razão pela qual, 40 anos depois da revolução que veio dar voz a todos os Portugueses,

livrando-os de uma ditadura que durou perto de 50 anos, se impunha ouvir as suas palavras sábias.

Considera que o isolamento rodoviário de Montalegre se deve ao desinteresse políti-

co e à distância que nos separa do poder central. A Orlando Alves, sugere que se rodei de um conselho municipal apartidário, que aposte na criação de emprego

e num maior diálogo com a vizinha Galiza.

Incansável, adianta que



António Fontes, no hotel de Mourilhe, de que é proprietário

ainda tem muitos projetos em mente, nomeadamente a abertura de um centro de investigação para apoio às universidades.

P 3

Fernando Campos (FC) acusado em processo de abuso de poder e falsificação.

O ex-presidente da Câmara Municipal de Boticas foi acusado pelo Ministério Público (MP) num processo de abuso de poder e falsificação. Juntamente com FC, o MP acusou um ex-vereador, que ao que se consta é o atual Presi-

dente da Câmara. A acusação diz respeito ao facto de os arguidos “usaram os seus poderes para conceder apoio à infra-estruturação de um edifício pertencente a uma cooperativa, ou seja, a autarquia realizou uma

obra em propriedade privada. Curioso é o facto de FC ter negado à Agência Lusa o conhecimento sobre o assunto quando, na página eletrónica da PGR, se lê que “os arguidos requereram todos a abertura de instrução, entretanto instaurada”.

Editorial

Faz hoje exatamente 40 anos que enormes manifestações de alegria percorreram o País. Depois de 48 anos de ditadura e repressão, a sociedade portuguesa podia, finalmente, exprimir-se em toda a sua diversidade mas, também, com toda a sua fragilidade, no complexo trama do seu flagrante atraso económico, das suas profundas desigualdades sociais e carências culturais. Estas circunstâncias irão provocar o arrastamento do processo de implantação da democracia em Portugal, num percurso marcado pela confrontação permanente entre projetos políticos de sinais opostos. Desiludidos com as promessas de democracia que Marcelo Caetano tardava em fazer sair do papel, e falhada que foi uma primeira tentativa de derrube do regime a 16 de março, a madrugada com que todo o País sonhava, chegou a 25 de abril de 1974, pondo fim a quase meio século de ditadura, sem violência e sem derrame de sangue, tornando-se um case study para o mundo.

Hoje, nasce A Outra Voz. E o que é este projeto?

A Outra Voz é um projeto desenvolvido por um grupo de amigos a trabalhar no Concelho de Montalegre, que mais não pretende do que contribuir para o desenvolvimento sustentado do País, concentrando-se, essencialmente, na Região de Trás-os-Montes e muito parti-

cularmente no Território de Barroso.

A Outra Voz será um espaço de debate, sério e abrangente, aberto a tudo e a todos aqueles que tenham algo a acrescentar em favor da sociedade. Será um espaço de troca de ideias e projeção da vasta região em que nos encontramos inseridos, procurando levar “aos quatro cantos do mundo” tudo o que aqui se passa.

A Outra Voz procurará focar os principais problemas e temas que afetam os jovens, os reformados, os desempregados e a população ativa. Será um espaço que privilegiará a política, a cultura, o desporto e a sociedade.

A Outra Voz terá um jornal semanal online e uma página na internet, em constante atualização.

A Outra Voz não pretende ocupar o espaço, há muito conquistado, por outros projetos. Antes pelo contrário, tudo fará para os ajudar a crescer.

A Outra Voz escolheu o dia 25 de abril para se apresentar ao mundo, quer como forma de venerar os quarenta anos da conquista da liberdade, quer na procura de dar voz e esperança a todos os cidadãos empenhados em lutar por uma sociedade melhor.

Juntem-se a nós! Divulguem esta ideia. Juntos poderemos construir uma sociedade melhor.

PS/Boticas reage à acusação feita a Fernando Campos de abuso de poder

A Comissão Política Concelhia do PS/Boticas reagiu, em comunicado, à acusação de abuso de poder e falsificação feita a Fernando Campos, ex-presidente da Câmara, a Fernando Queiroga, atual Presidente da Câmara e a um terceiro elemento.



constantemente “o clima de pressão

Indignado com a situação, o PS/Boticas alerta que tem denunciado

vivido neste Concelho sobre a oposição, bem como os sucessivos casos de abuso ou tentativa de abuso de poder” que ali terão tido lugar. Acrescenta o PS que, na próxima reunião da Assembleia Municipal, vai solicitar todos os esclarecimentos sobre este processo.

Futebol: Montalegre - Vila Real na final da Taça da AFVR

O Montalegre e o Vila Real vão disputar a final da taça de futebol da Associação de Futebol de Vila Real, que se realiza no próximo dia 11 de maio, em Vila Pouca de Aguiar.

Para chegar à tão desejada final, o Desportivo de Montalegre venceu o Valpaços por 1-0, enquanto que o Vila Real derrotou o Vilar de Perdizes por 4-0. De referir que tanto o Montalegre como o Vila Real jogaram em casa.



Montalegre na final da Taça de Futebol da AFVR.

Acrescente-se que tanto o Montalegre como o Vila Real disputam a divisão de honra da Associação de Futebol de Vila Real. O Vila Real é o líder da classificação, tendo já assegurado a subida de divisão aos campeonatos

nacionais e o Montalegre garantido o segundo lugar, embora ainda faltem

duas jornadas para terminar o campeonato. Deste modo, perspectiva-se um grande jogo de futebol, na final da taça, com muita emoção à mistura, onde qualquer uma das duas equipas poderá sair vencedora.

Registe-se, também, o excelente campeonato realizado pelo Grupo Desportivo de Vilar de Perdizes, que ocupa o terceiro lugar da classificação, com os mesmos pontos do Ribeira de Pena e do Régua, enquanto que o Valpaços é o atual 12.º classificado.

Finanças de Montalegre e Boticas a um pequeno passo de encerrar

O Governo comprometeu-se a encerrar metade das repartições de finanças de todo o País até ao final do mês de Maio. A decisão, plasmada no memorando de políticas económicas e financeiras que acompanha o relatório do Fundo Monetário Internacional sobre a 11ª avaliação ao Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, vai prejudicar, sobretudo, o interior do país, com especial destaque para os distritos de Bragança e Vila Real. Da lista de repartições de finanças que brevemente irão fechar portas encontram-se as de Boticas, Montalegre e Mondim de Basto. Os autarcas afectados contestam a eventual decisão do Governo, afirmando que se trata, mais uma vez, de uma desvalorização do interior do país.

As críticas vêm de todos os quadrantes políticos: José Silvano, presidente da distrital de Bragança do PSD, afirmou que será "frontalmente contra" a decisão do Governo no encerramento de serviços públicos como as Finan-

ças nesta região. Por sua vez, Jorge Gomes, presidente da Federação Distrital de Bragança no PS, entende que o encerramento de serviços "é uma forma de abandonar a região" e acusa o Governo de "não ter a mínima preocupação com toda a orla que pega com Espanha".

No distrito de Vila Real, os presidentes das câmaras de Mondim de Basto, Murça, Montalegre e Boticas também criticaram duramente a decisão do Governo. O presidente de Montalegre, Orlando Alves, prontificou-se, de imediato, a pagar para manter a repartição de finanças abertas, acrescentando, no entanto, que "o Governo continua cego e surdo". Por sua vez, Humberto Cerqueira, presidente de Mondim, afirmou que o Governo "está a desqualificar" os

concelhos com o encerramento de serviços públicos com vista à "extinção" dos municípios, acrescentando que o que está a acontecer "não é próprio de uma

Para Orlando Alves, presidente da câmara de Montalegre, «fechar serviços representa um bater de porta, um abandonar de uma parte significativa de Portugal e dos portugueses à sua sorte». Por outras palavras é «cortar o cordão umbilical do Estado com a Nação, com o País».

fechar serviços representa um bater de porta, um abandonar de uma parte signi-
outras palavras é «cortar o cordão umbilical do Estado com a Nação, com o País»

pretendido não é "qualificar as autarquias", mas sim "retirar-lhes competências, para depois ter um pretexto para extinguir os municípios".

Acrescente-se, que só no distrito de Vila Real, devem encerrar onze das catorze repartições de finanças existentes. Por outro, neste distrito, encerraram já grande parte das escolas do primeiro ciclo e as obras do túnel do Marão continuam paradas.

Padre Fontes, a voz autorizada de todo o Barroso

António Lourenço Fontes nasceu em Cambeses, Montalegre, há 74 anos, tendo sido ordenado padre em 1963 e colocado em vilar de Perdizes em setembro de 1971.

Para o mundo é conhecido, simplesmente, por **Padre Fontes** sendo, sem qualquer margem para dúvidas, a figura de Barroso mais marcante, prestigiada e conhecida. Poderemos mesmo dizer que foi a personalidade que mais contribuiu para pôr Montalegre no Mapa. O Congresso de Medicina Popular ou a sexta-feira 13 são apenas dois exemplos da sua vasta obra.

Em resposta ao nosso pedido de entrevista, que de imediato acedeu, congratulou-se com a data escolhida para o nascimento deste projeto saindo-se com uma tirada que o define: “sempre dei voz a outras vozes, mesmo as ditas do além”.

P. Como nasceu a ideia de organizar o Congresso de Medicina Popular?

R. Para alertar povo, a igreja e a classe medica dos valores tradicionais válidos e a preservar bem como dos menos válidos.

P. É sabido que o meritíssimo Bispo de Vila Real foi um feroz opositor à sua presença na organização do Congresso.

Como foi a relação entre o Bispo, a Igreja de Vilar de Perdizes e o Padre Fontes nos anos seguintes?

R. Foi de tolerância, silêncio e alguma abertura.

P. Ao longo de todos estes anos em que viveu em Vilar de Perdizes, trabalhou com todos os Presidentes de Junta do pós revolução. Há algum, ou alguns, cujo trabalho queira destacar? **R.** António Pilar, António Rito e João santos.

P. O Padre Fontes é considerado o “Pai” do Congresso de Medicina Popular e da sexta-feira 13. Com qual destes acontecimentos se identifica mais e porquê?

R. Com os congressos de Medicina Popular de Vilar de Perdizes.

P. Porque é que se investe tanto dinheiro na organização da sexta-feira 13 e tão pouco no Congresso de Vilar de Perdizes?

O congresso não tem merecido tanto empenho da Câmara Municipal de Montalegre. Abandonam responsabilidades e alheiam-se de tudo, exceto nalguma animação e logística

P. Lembra-se do dia 25 de abril de 1974? Onde estava?

R. Em Vilar de Perdizes na cama. Acordei com a Grândola Vila Morena, do Zeca Afonso.

P. O que representou para si a revolução?

R. O fim duma ditadura, sucedida por uma segunda, rotulada de democrática e livre, com voz alta para políticos e militares, e pouca voz para os outros.

P. Lembra-se do que fez nos dias seguintes à revolução?

R. Estive atento aos mass media, para sentir que era verdade e ia no bom ou mau caminho. Senti-me integrado no ideal da revolução, abri

portas aos revolucionários sérios e colaborei com a criação do Jornal Noticias de Barroso, para dar voz aos Barrosões.

P. Como se refletiu o 25 de abril de 1974 no dia-a-dia das pessoas de Montalegre?

R. Partidarizou o povo, criou conflitos, divisões, ameaças, violência e algum medo.

Criaram se associações politizadas.

Orlando Alves, deve apostar na criação de emprego de guias turísticos credenciados e num diálogo mais estreito com o poder instalado na Galiza.

P. Durante estes 40 anos de democracia, Montalegre só teve quatro Presidentes de Câmara (contando já com os seis meses de mandato do atual Presidente). Qual dos três, Carvalho de Moura, Joaquim Pires ou Fernando Rodrigues, é que acha que mais contribuiu para o desenvolvimento do Concelho e porquê?

R. Em razão do tempo e mandatos, Fernando Rodrigues teve mais tempo, mais dinheiro, mais atenção e urgência nos projetos. A seguir, pelas mesmas razões, seria Carvalho de Moura.

P. Que balanço faz do trabalho desenvolvido por Orlando Alves nestes primeiros seis meses de mandato?

R. Não teve tempo de se revelar, nem de atuar, ou mudar rumos, ou aventar grandes investimentos, dada a limitação imposta pela crise.

P. Montalegre é hoje, em termos rodoviários, um Concelho isolado. Acha que a culpa é só do poder central ou o poder local é que não tem sabido reivindicar as obras a que temos direito?

R. A maior culpa recai na distância do poder central às câmaras implicadas e ao desinteresse político.

P. Que conselhos daria a Orland

do Alves na definição das prioridades para o desenvolvimento do Concelho Montalegre?

R. Espero que se rodei de um conselho municipal apartidário classificado, que abarque todas as áreas das que depende o desenvolvimento concelhio, colaborando com as paróquias sobreviventes e dependentes. Que aposte na criação de empregos de guias turísticos credenciados, sinalização de tudo o que tem valor e procura. Que dialogue mais com a vizinha Galiza, acelerando a entrega dos Castelos com mais atos culturais enquadrados. Que apoie os agentes empenhados no turismo

A maior culpa do isolamento rodoviário do Concelho de Montalegre deve-se ao desinteresse político e à distância entre o poder central e o poder local.

rural. Que edite uma revista municipal, atrativa e impulsiva, motriz do progresso em todos os lugares e com todas as pessoas.

P. O Padre Fontes é um homem com uma obra enorme. Arrepende-se de alguma coisa que tenha feito?

Arrependo-me de não ter feito muito mais, de ter deixado o Noticias de Barroso no estilo abrangente e criador de opinião positiva da auto-estima do

nome e cultura, capaz de seduzir o país a descobrir a nossa terra, investindo nela, fixando jovens, atraindo entidades escolares, de todos os níveis.

P. E o que é que acha que deveria ter feito e não fez?

R. Gostaria de ter publicado mais livros regionalistas, escrevendo temas urgentes, de modo a contribuir, através da crítica, para o desenvolvimento do País.

P. Ainda tem alguns projetos em mente?

R. Organizar a minha biblioteca, digitalizar os 25 anos do Jornal Noticias de Barroso e pô-lo online. Abrir um centro de investigação com o espólio que reuni, para apoio a universidades. Criar um museu na casa paroquial de Vilar de Perdizes, em união com o eco museu de Montalegre, com os meus objetos e com o tema alargado ao Perdigueiro Português, de foi seu mentor o Padre Domingos Barroso. No campo religioso dinamizaria a Senhora da Saúde, com atividades periódicas de cultura, religião e recreio. Dinamizar o Hotel Rural de Mourilhe e a casa Fontes da Mijareta atraindo visitantes e investigadores. Reestruturar os gaiteiros de Pitões e grupos folclóricos de várias terras de Barroso.

A caminho da revolução de abril

Em setembro de 1968, após doença e manifesta incapacidade de Salazar, Marcelo Caetano assume a presidência do conselho. Inicia-se uma fase na vida do regime que pode considerar-se, dados alguns sinais emitidos e a conhecida posição do novo Presidente do Conselho face a Salazar, como correspondendo ao de uma possível liberalização. É um período que vai do outono de 1968 à realização das eleições legislativas em outubro de 1969.

O regresso do exílio, quer do Bispo do Porto, quer de Mário Soares (novembro de 1968), entre outros factos, funcionam como sintomas de tal possível abertura ou liberalização. Tem então lugar a apresentação do “Manifesto à Nação” por parte da chamada oposição socialista, em finais de 1968. Ocorre um movimento grevista na Universidade de Lisboa em dezembro de 1968 e um outro, em abril de 1969, na Universidade de Coimbra. As eleições para a Assembleia Nacional (AN) realizam-se em 26 de outubro de 1969. Depois de em maio desse ano, em Aveiro, se ter realizado o II Congresso Republicano. A chamada “Ala Liberal” da NA então

eleita, e os jovens tecnocratas do Governo, transformam-se no rosto liberalizante do Marcelismo.

A partir de 1970, começa a ser notório o impasse na evolução política do regime. A revisão constitucional de 1971 e a publicação da Lei de Imprensa, que não elimina a censura, são, entre outros, factos que confirmam



A alegria de um povo estampada no rosto destes revoltosos

essa abertura adiada. A este período pós 1970 corresponde a radicalização da luta oposicionista. Emergem grupos de ação política armada, como é o caso da LUAR, próxima da oposição socialista, da ARA, ligada ao PCP, e das Brigadas Revolucionárias. Em agosto de 1972, Américo Thomaz é reconduzido na Presidência da República. A 19 de abril de 1973, o Partido Socialista é fundado na RFA. Em Aveiro, de 4 a 8 de abril, tem lugar o III Congresso da Oposição Democrática. A 28 de outubro de 1973 realizam-se novas eleições para a NA. A “ala liberal” não sobrevive à cristalização do regime nos seus princípios autoritários.

Do verão de 1973 a abril de 1974, agravam-se as contradições na instituição militar. São disso sin-

tomas a contestação à realização do Congresso dos Combatentes, no Porto, bem como do DL n.º 373/73, de 13 de julho. Este diploma fará despoletar a contestação militar por parte dos oficiais do Quadro Permanente. Em fevereiro de 1974 é publicado o liro do General Spínola, Portugal e o Futuro. Fica demonstrado o conflito existente no seio do regime em torno da solução final para o problema ultramarino. É neste contexto que, nos dias 11 e 14 de março de 1974, a AN e os oficiais gerais do exército manifestam o seu apoio à política ultramarina do Governo. A ausência nesta cerimónia dos generais Costa Gomes e António Spínola conduz ao seu afastamento dos cargos de Chefe e Vice-Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas. Antes do golpe militar de 25 de abril assistir-se-á, ainda, a uma remodelação governamental (15 de março) e a uma movimentação militar abortada (16 de março). Na madrugada deste dia o Regimento de Infantaria 5, sediado nas Caldas da Rainha, executou uma marcha frustrada sobre Lisboa. Tinha como objetivo depor o Governo e acabar com o regime.

O 25 de abril de 1974

Comemoram-se hoje 40 anos da Revolução dos Cravos, levada a cabo pelo Movimento das Forças Armadas. Esta ação dos militares revolucionários, apoiada pela população portuguesa, desde que foi



Legenda que descreve a imagem ou gráfico.

conhecida, pôs fim à opressão colonial, devolvendo a Liberdade aos Portugueses.

A rapidez com que o Movimento dos Capitães transforma um protesto de natureza corporativa numa questão política global constitui a melhor prova de que a crise da sociedade portuguesa e os seus reflexos na instituição militar atingiam uma gravidade sem precedentes na história do Estado Novo.

A incapacidade do regime ditatorial para encontrar uma solução política para a guerra colonial é o fator determinante na mobilização dos jovens oficiais. O golpe militar das Caldas da Rainha, de 16 de março de 1974, apesar de neutralizado, funcionou como “primeiro ensaio” para a operação de derrube do regime. O plano, concebido por Otelo Saraiva de Carvalho, envolve um considerável número de unidades militares. Estabelecido o

posto de comando das forças revoltosas no Regimento de Engenharia 1, da pontinha, e difundidas as canções

E Depois do

Adeus e Grândola, Vila Morena, que funcionavam como senha para o início da revolução, as unidades “rebeldes” procuram rapidamente apoderar-se dos pontos estratégicos da cidade de Lisboa: RTP, Rádio Clube Português, Emissora Nacional, Quartel-general da Região Militar de Lisboa e Aeroporto da Portela. Num segundo momento, uma coluna da escola prática de cavalaria, proveniente de Santarém e comandada pelo capitão Salgueiro Maia, isola a Praça do Comércio e corta o acesso ao Banco de Portugal, Rádio Marconi e aos Ministérios. A rápida atuação das unidades afetas ao movimento apanha as forças do regime completamente desprevenidas. As que tentam opor-se, desmoralizadas e desmotivadas, perante a determinação de Salgueiro Maia, passam para o lado dos revoltosos. Neutralizado o perigo no Terreiro do Paço, as forças de

Salgueiro Maia dividem-se em dois grupos. O primeiro, constituído pelos militares aderentes das forças inicialmente fiéis ao regime (Lanceiros 2, Cavalaria 7 e Infantaria 1), vai ocupar posições junto ao Quartel-general da Legião Portuguesa. As forças da Escola Prática de Cavalaria deslocam-se para junto do Quartel da GNR, no Carmo, para obter a rendição de Marcelo Caetano que aí se tenha refugiado a conselho de Silva Pais, diretor da polícia política. Após algumas tentativas de negociações, o general Spínola, mandado pelo MFA e aceite como interlocutor por Marcelo Caetano, entra no Quartel e obtém a rendição do Presidente do Conselho. Com a revolução ganha, o general Spínola reúne-se com a Comissão Coordenadora do MFA para estudar a proclamação elaborada pelo Movimento, que, com algumas alterações, viria a ser lida por ele, em nome da Junta de Salvação Nacional, na madrugada do dia 26. Os últimos “bastiões” do regime a depor as armas foram a PIDE/DGS (única instituição governamental a causar 4 mortos e 45 feridos durante a revolução) e as prisões de Caxias e Peniche, de onde foram libertados todos os presos políticos.

O rápido e inequívoco sucesso da revolução do dia 25 de abril demonstra claramente a crise sem precedentes que o Estado Novo atravessava e a necessidade premente de mudar Portugal.

Abusos sexuais em Montalegre

As declarações proferidas pela nova presidente da CPCJ/ Montalegre, Dr.^a Irene Esteves, em particular a entrevista dada à Rádio Renascença, caíram como uma bomba no seio da comunidade Barrosã. Desde logo por não se perceber qual o objetivo de afirmar que “pela primeira vez, temos processos de abusos sexuais” ou que hoje é crime “um pai bater numa criança”, acrescentando que as pessoas já “não têm receio de apresentar denúncia”, ao mesmo tempo que afirma mostrar-se muito “preocupada com o número de jovens que abandonam precocemente a escola no concelho” sem, no entanto, apresentar números. As reações não se fizeram esperar. Para José Santos, estas declarações “pretendem apenas mos-

trar trabalho”, que não se fez, acrescentando que a autarquia recebe mais de 10 mil euros por ano para serem usados pela CPCJ, na proteção das crianças e



jovens. Da Alemanha, chegou o lamento de um emigrante, justificando o abandono escolar com a falta de trabalho no País, aos salários de miséria e ao fato de os professores terem perdido

autoridade dentro da sala de aula. Estranho, também parece ser o facto de, embora eleita há mais de um mês, só agora é que a página eletrónica da Câmara Municipal anuncia que “em representação do município de Montalegre, Irene Esteves foi eleita, por unanimidade, presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Montalegre. Lê-se aí em que situações é que a CPCJ atua, o que é e como funciona, terminando com os dados estatísticos da atuação deste organismo. Assim, ficamos a saber que no total existem 15 processos e que no presente ano foram abertos 5 processos, 4 dos quais reabertos. Ou seja, foi apenas aberto um novo processo. Ora, como os casos de abandono escolar são quatro, as declarações da nova presidente da CPCJ causaram muita perplexidade. Tentaremos, no próximo número, obter esclarecimentos da Dr.^a Irene Esteves.

Presidente da Câmara de Chaves faz balanço positivo da sua gestão autárquica

António Cabeleira, Presidente da Câmara Municipal de Chaves, fez o balanço dos primeiros seis meses de mandato, em conferência de imprensa realizada no dia 21 de abril. Na presença dos três Vereadores que compõem o executivo em regime de permanência, destacou a coesão da equipa, bem como a eficácia do acordo de governação estabelecido entre o PSD e o Movimento Autárquico Independente (MAI). Demonstrando o seu contentamento, o autarca garante que tem sido um prazer servir Chaves e os flavienses.

António Cabeleira realçou e destacou o profissionalismo dos funcionários da Câmara Municipal; o excelente relacionamento que tem havido com as Freguesias do Concelho, dando particular destaque à recente constituição da Associação de Freguesias, uma vontade já com 12 anos; bem como o profícuo relacionamento institucional e associativo. “Chaves possui um excelente movimento associativo, de grande qualidade e em quantidade, e queremos continuar a contar com todos, quer com os cidadãos de uma forma individual, quer organizados em associação e instituições”, salienta.

Relativamente à jovem Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, de acordo com o autarca, a CIM está a desenvolver um excelente trabalho, proporcionando um espaço de diálogo entre os municípios do Alto Tâmega. “Os primeiros seis meses auguram um bom futuro de trabalho em comunidade”, garante.

A Outra Voz

Correio electrónico:
aoutravoz0@gmail.com

www.aoutravoz.info